



Encontros Bibli: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Righini de Souza, Willian Eduardo; Crippa, Giulia

O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: reflexões iniciais para
novas discussões sobre os limites da área

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 15, núm. 29, 2010,
pp. 1-23

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14712832002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL:
reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área
*THE FIELD OF INFORMATION SCIENCE AND THE CULTURAL HERITAGE: initial
reflections for new discussions on the limits of the area*

Willian Eduardo Righini de Souza
Universidade de São Paulo
wrightini@usp.br

Giulia Crippa
Professora doutora do curso de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP)
giuliac@ffclrp.usp.br

Resumo

Utilizando-se da noção de campo apresentada por Pierre Bourdieu, pretende-se refletir sobre a inserção de pesquisas sobre patrimônio cultural no universo da Ciência da Informação. Para isto, torna-se necessário conhecer o que é produzido sobre o tema nas publicações consideradas da CI, saber quem são os agentes que falam do patrimônio cultural, refletir sobre a visibilidade e prestígio destes agentes e a inclusão do assunto nas instituições e principais eventos da CI.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Patrimônio cultural. Campo científico.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#).

1 INTRODUÇÃO

Nosso questionamento, neste artigo, é discutir em que medida o tema do patrimônio cultural está inserido na Ciência da Informação (CI). Para isto, utilizamos o conceito de campo apresentado por Pierre Bourdieu e partimos do pressuposto que o campo da CI se configura pelo “universo no qual estão inseridos os agentes e instituições que produzem ou difundem” (BOURDIEU, 2004, 20) a Ciência da Informação.

Para Buckland (1997; 2009), a cultura material e até mesmo performances podem ser consideradas documentos e, portanto, devem ser incluídas entre os objetos de estudo da Ciência da Informação. Para ele, se um documento pode (ou não) ser armazenado é um interesse técnico e processual, mas não é isso que define um documento. Um documento, segundo Buckland (2009), é algo que nos ensina ou informa sobre alguma coisa. De qualquer forma, o autor não rejeita concepções discordantes, pois, segundo ele, “com diferentes definições, podemos alcançar interessantes idéias” (BUCKLAND, 2009), ao contrário do que aconteceria se considerássemos que existe apenas uma visão correta.

Para nossa discussão, torna-se necessário conhecer o que é produzido sobre patrimônio cultural nas publicações consideradas da CI, saber quem são os agentes que falam do patrimônio cultural e supostamente estão inseridos no campo, refletir sobre a visibilidade e prestígio destes agentes, a inserção da pesquisa sobre patrimônio cultural nas instituições que trabalham com a CI e a presença do patrimônio cultural nos principais eventos.

Antes, para uma contextualização, explicitação do nosso referencial teórico e para facilitar o próprio posicionamento do leitor sobre o assunto, apontamos algumas das principais, e de certo modo gerais, definições, encontradas na literatura, de Ciência da Informação e Patrimônio Cultural.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

De modo geral, a origem da CI é datada após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Oliveira (2005, p. 9-10), ela é um campo interdisciplinar que nasceu da revolução científica e técnica que marcou este período. Tem como disciplinas fundadoras a Documentação, com seu arcabouço teórico, e a Recuperação da Informação, que desenvolveu sistemas automatizados. Seu surgimento seria uma resposta à necessidade de “reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido em todo o mundo” (OLIVEIRA, 2005, p. 13).

Concepção similar é a de Saracevic (1995; 1996), que, apesar de enfatizar sua interdisciplinaridade, principalmente pelas relações estabelecidas com a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação, aponta como eixo central da CI a recuperação da informação. Tal ponto de vista é sustentado pela necessidade de organizar e recuperar a informação a partir da “explosão informacional” observada após a Segunda Guerra Mundial.

Le Coadic (2004, p. 115) é mais específico e data sua origem em 1968, quando nasceu a primeira grande sociedade científica dos Estados Unidos, a *American Society for Information Science* (ASIS). Para ele (2004, p. 25), a CI é uma ciência social rigorosa que “tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso”, que também é chamado de “ciclo da informação”. Assim como Oliveira e Saracevic, Le Coadic (2004, p. 115) destaca sua interdisciplinaridade, pois envolveria ciências matemáticas e físicas, bem como ciências sociais e humanas.

Ao contrário dos exemplos citados, alguns autores preferem uma abordagem mais histórica do desenvolvimento da CI, que aponte as condições anteriores que permitiram sua institucionalização no pós-guerra, como é o caso de Rayward (1997). Desta forma, o autor relaciona a história da CI com a criação, em 1895, do Instituto Internacional de Bibliografia, posteriormente denominado Federação Internacional de Documentação (FID). Sua tese é que, apesar do termo “Ciência da Informação” ter sido usado pela primeira vez apenas em 1955, o Instituto foi essencial para o seu desenvolvimento, pois a CI é, ou parte dela, uma extensão da Documentação. Revisando as concepções de Paul Otlet, Rayward (1997) verifica como as idéias deste autor estão relacionadas com a CI atual, a ponto de concluir que antes de conhecermos o

desenvolvimento do campo ao longo do século XX, principalmente nos EUA, devemos retornar a Bélgica do século XIX (RAYWARD, 1997, p. 289-290).

Smit (1993; 2003) enxerga a CI formada de três interfaces ou “três marias”: a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Para a autora, as três áreas são irmãs na organização da informação, e utilizando o exemplo do documento audiovisual discute como elas compartilham “objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas” (SMIT, 1993, p. 81). No entanto, observa um isolacionismo em cada interface, que não unem seus esforços e até mesmo se ignoram. Esta posição se baseia no fato de que cada interface possui “bibliografia própria, congressos e associações próprios, impedindo o fluxo e a troca de informações e, principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior” (SMIT, 2003). Deste modo, estas divisões internas da CI é mais um aspecto da dificuldade de situar um assunto no campo, pois há diferenças e discordâncias na leitura da área inclusive entre aqueles que já estão inseridos. Apesar de nosso interesse ser o contexto brasileiro, justificamos a citação de autores estrangeiros, pois estes fazem parte do referencial teórico básico das instituições e profissionais da área. Portanto, independente da nacionalidade dos autores, esta introdução sobre a CI apresenta o que é lido e divulgado no Brasil como a origem e fundamentos do campo.

A partir destas referências iniciais, pode-se entender que os estudos sobre recuperação da informação fazem parte do capital comum existente na CI. Instituições como bibliotecas, arquivos e museus, seu funcionamento, as relações com o público, assim como o acervo que estes contêm também são objetos de pesquisa deste campo. As tecnologias são cada vez mais discutidas como instrumento para o acesso a informação, e como podemos verificar, desde os primeiros estudos, como discutido por Saracevic (1995; 1996), elas se apresentam com grande importância para os teóricos da CI. Em trabalho de Mueller e Pecegueiro (2001) sobre os artigos publicados no periódico *Ciência da Informação* durante a década de 1990, verificou-se que o tema mais freqüente foi “entrada, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação”, totalizando 30,7% dos artigos, logo seguido por “estudo de usuário, transferência e usos da informação e uso da biblioteca”, com 29,87% do conjunto, o que levou as autoras a concluir que as principais preocupações abordadas neste decênio foram o “tratamento da informação e a gerência das instituições” (MUELLER; PECEGUEIRO, 2001, p. 50).

3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Para compreendermos o que é considerado patrimônio cultural no país, primeiramente devemos regressar ao Movimento Modernista brasileiro. Foram os intelectuais deste movimento, como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e, principalmente, Mário de Andrade, que começaram a questionar, de forma sistemática, a nossa identidade, o que nos aproxima e diferencia como brasileiros. Neste contexto da década de 1920, Rodrigo Melo Franco de Andrade (futuro diretor da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN), Lúcio Costa e Mário de Andrade viajaram a Minas Gerais e entraram em contato com a arquitetura barroca, considerada a partir de então “o berço de uma civilização brasileira”, utilizando a expressão de Fonseca (2005, p. 92).

Em 1936, o ministro Gustavo Capanema solicita a Mário de Andrade um anteprojeto para a proteção das obras nacionais, que depois de modificado pelo ministro e Rodrigo M. F. de Andrade, transforma-se em Decreto-Lei em 30 de novembro de 1937 e cria o SPHAN. Para o Decreto-Lei, o patrimônio histórico e artístico nacional é o

(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Como foi a arquitetura barroca que desencadeou esta preocupação com a preservação do patrimônio nacional e o instrumento estabelecido para preservá-lo, o tombamento, referia-se somente a bens móveis e imóveis, não incluindo manifestações, crenças, culinária, etc., a área que mais se apropriou deste campo de estudo foi a Arquitetura.

Somente em 1975, mudanças mais significativas começaram a ocorrer. Aloísio Magalhães, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e equipe cria o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) para estudar uma nova política para o patrimônio cultural e desenvolver projetos culturais ainda pouco explorados, como o artesanato,

levantamentos sócio-culturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamento de documentação sobre o país.

Esta mudança de perspectiva é verificada na Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural como

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Apesar de não ter ocorrido uma mudança na forma de preservação, que continua a ser o tombamento, a definição de 1988 amplia a idéia de patrimônio, como deixar de exigir um valor de excepcionalidade e a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Mais importante foi a inclusão, na categoria do patrimônio, de bens imateriais (ou intangíveis), ou seja, todo tipo de expressão, criação, saberes e fazeres que fazem referência à identidade, à ação e à memória dos grupos sociais. Portanto, como já se verifica, pode ser considerado patrimônio cultural um prato típico, uma pintura corporal, uma dança, entre outros. Neste ambiente de transformação, em 4 de agosto de 2000, foi aprovado o Decreto nº 3.551 que estabeleceu o programa nacional do patrimônio imaterial e instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial.

Ao chegarmos neste ponto, cabem algumas considerações: existem conjuntos de documentos em arquivos, coleções em museus e acervos bibliográficos em bibliotecas que podem ser considerados verdadeiros patrimônios culturais pela remissão à memória social e a identidade. É comum encontrarmos na CI referências à importância de preservação destas obras, de uma maior valorização, o que nos parece correto. No entanto, alguns questionamentos ainda são necessários: a CI tem consciência das implicações existentes ao considerar um bem como patrimônio cultural? A produção da área discute esta classificação usada tão freqüentemente, em diversos campos? A CI considera o patrimônio cultural como um dos seus objetos de estudo ou estabelece restrições? São perguntas que dificilmente encontrariam respostas consensuais, pois as forças de um

campo sempre apresentarão diversas concepções que muitas vezes são divergentes. Porém, em alguns casos, a utilização da expressão “patrimônio cultural” sem explicitar o que se entende por ela, pode demonstrar mais a recorrência casual de uma palavra em voga no senso comum, do que uma preocupação em entender sua complexidade e consequências.

O que queremos e é a proposta de nossa reflexão é apresentar e discutir indícios para um maior conhecimento da posição que a CI toma ao analisar o patrimônio cultural. A história da Documentação, com Paul Otlet (1996), Suzanne Briet (1951), e mais recentemente da Ciência da Informação, com Michael Buckland (1991; 1997), tem demonstrado as possibilidades existentes quando o campo entende o patrimônio cultural como um documento, uma fonte de informação. Em um sentido abrangente, estes autores defendem que se algo é informativo ou educativo para alguém ou um grupo de pessoas sobre alguma coisa, ele pode ser considerado um documento. Entretanto, no raciocínio desta pesquisa, não é suficiente, ao nosso ver, o raciocínio lógico de que se tudo pode ser um documento, o patrimônio cultural também é passível de ser, logo se configuraria como um objeto da CI.

Mais do que isto, é necessário saber se o patrimônio cultural é discutido por aqueles que são considerados do campo, se há a inserção deste tema nos eventos da área, nos programas de graduação e pós-graduação, etc. Como vimos, esta não foi uma discussão no surgimento da CI, mais preocupada com a organização e recuperação da informação, geralmente armazenada em instituições como arquivos, bibliotecas e museus.

Ao considerarmos a Museologia como uma sub-área da Ciência da Informação, como colocado por Smit (1993) e Hernández Hernández (2006), acreditamos que ela foi a que mais desenvolveu uma discussão sobre o patrimônio cultural na CI. Ao pensar o museu como instituição que seleciona, organiza, classifica e conserva elementos da cultura material, permitindo seu acesso e valorização, a Museologia produz uma reflexão que vai além do texto escrito e reafirma o papel educativo e informativo de objetos selecionados.

Ainda, ao estudar o ato de colecionar, a Museologia mostra como os objetos se “transformam” em documentos, como acontece com o patrimônio cultural. Segundo Hooper-Greenhill (2005), desde o século XV, moedas, medalhas, estátuas, pedras preciosas, eram reunidas não somente pelo seu caráter exótico, mas porque já lhes era atribuído um valor histórico. Apesar do modelo de museu que encontramos na contemporaneidade ter se consolidado apenas no final do século

XVIII, os gabinetes de curiosidades já eram difundidos pela Europa no século XVI com uma proposta de organização do conhecimento, que na sua ordem, erroneamente visto por alguns com desordem, constitui um verdadeiro projeto enciclopédico (HOOPER-GREENHILL, 2005).

Como discutido em Buckland (1997), Loureiro (2007) diz que o museu permite a “documentação” da realidade ao conferir visibilidade ao que não pode ser transportado para esta instituição ou é imaterial, como construções, paisagens, no primeiro caso, e eventos, fenômenos, manifestações, no segundo.

No entanto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não inclui a Museologia como uma sub-área da Ciência da Informação em sua divisão das disciplinas por áreas do conhecimento. Em sua classificação, a Museologia seria um campo autônomo, diferente da Ciência da Informação, que, no caso dessa última, englobaria a Biblioteconomia, Arquivologia, Bibliometria, Representação da Informação, entre outros. A sua relação é reconhecida somente quando observamos tanto a Museologia como a Ciência da Informação como sub-áreas do campo de Ciências Sociais Aplicadas. Portanto, acreditamos que uma das formas para melhor mensurar a presença do patrimônio cultural na CI é verificar e discutir suas publicações, instituições, eventos, entre outros.

4 O PATRIMÔNIO CULTURAL NAS PUBLICAÇÕES DO CAMPO

Para uma noção da presença da temática do patrimônio cultural na produção da Ciência da Informação, realizamos uma pesquisa nas revistas on-line em português com acesso livre ao texto completo indexadas pelo portal da CAPES¹. Optamos por restringir este levantamento às revistas em português, pois nosso interesse reside em conhecer a conjuntura nacional, além de que a inclusão de revistas estrangeiras exigiria uma discussão sobre as especificidades do que é considerado Ciência da Informação e Patrimônio cultural em cada país abrangido, o que tornaria esta análise praticamente impossível pela amplitude daí tomada.

¹ <http://acessolivre.capes.gov.br/acessoLivreTextoCompleto.jsp>



Figura 1: Página principal do Portal de Acesso Livre da CAPES

Lançado em 2006, o Portal de Acesso Livre da CAPES tem como meta oferecer acesso a periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na Internet. Por oferecer uma interface em português, a opção de consultar apenas revistas neste idioma e ser gratuito, o portal se apresenta como uma ferramenta útil e representativa principalmente para estudantes que não dominam uma língua estrangeira, não possuem acesso a conteúdo restrito/ pago e que não recorrem a mecanismos de pesquisa mais complexos, como os que, por exemplo, solicitam o uso de vocabulários controlados.

Reconhece-se que a seleção de periódicos disponibilizados pela CAPES neste portal na área de Ciência da Informação é questionável. A *IP: Informática Pública*, por exemplo, é uma publicação da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte que permite acesso a artigos sobre o uso da informática na administração pública brasileira. O que supostamente justificaria sua relevância para a área seria a disponibilização de artigos que

abordam o tema das tecnologias de informação. Desse modo, sua contribuição seria mais pela existência de textos dispersos sobre o assunto do que pela própria política editorial da revista.

De qualquer modo, a sua inserção entre revistas como *DataGramZero* e *Transinformação*, e a classificação pela CAPES como periódico de Ciência da Informação, legitima sua condição como “publicação da área”, tornando-se uma fonte de informação para aqueles que pesquisam pelo portal.



Figura 2: Seleção do assunto “Ciência da Informação” dentro da área de “Ciências Sociais Aplicadas”.

A partir da hipótese que a produção sobre “patrimônio cultural” na Ciência da Informação é pequena, efetuamos a busca pelo descritor “patrimônio” sem a limitação de campos, quando a revista permitia esta opção. Deste modo, quando a palavra “patrimônio” estava presente em qualquer parte do texto, o documento foi recuperado. Em revistas que não ofereciam nenhum mecanismo de pesquisa, verificamos todos os títulos publicados, e quando supúnhamos, pelos enunciados dos títulos, dossiês e números temáticos, uma possível citação ao assunto patrimônio cultural, realizamos a leitura dos resumos para uma seleção mais apurada. (ver APÊNDICE A)

Os artigos que selecionamos pelo resumo foram aqueles que se incluíam na perspectiva apresentada pelas definições citadas neste texto. Acreditamos que, neste caso, uma abordagem qualitativa seria mais eficaz na recuperação dos artigos do que outros mecanismos, como a existência do termo “patrimônio cultural” nas palavras-chaves. É claro que outras pesquisas com o mesmo objetivo podem chegar a resultados diferentes, no entanto, tentamos ser o mais coerente possível com o levantamento prévio do que seja patrimônio cultural. O mesmo pode ser dito em relação aos resultados que não condiziam com o tema. Devido à abrangência da pesquisa, sem delimitação de campos, recuperamos artigos que não condiziam com o assunto procurado. Desta forma, realizamos a leitura dos resumos e partes dos textos para selecionarmos os que pertenciam ao escopo da pesquisa.

Sucintamente, o percurso para a seleção da amostra pode ser descrito em duas etapas: 1. Recuperação de artigos de revistas em português e com texto completo disponíveis no Portal de Acesso Livro da CAPES que continham a palavra “patrimônio” em qualquer parte do texto² ; 2. Leitura documentária dos artigos para verificar quais os documentos que realmente discutiam o assunto pesquisado e os que utilizavam o termo “patrimônio” apenas no senso comum ou linguagem natural, sem se preocupar em problematizar o tema.

Como a leitura documentária apresenta um aspecto subjetivo em sua análise, apesar da existência de técnicas e recomendações para a sua eficácia, entendemos que a amostra apresentada não é definitiva, nem isenta de questionamentos. Entretanto, ela contribui para a Ciência da Informação por, primeiro, apresentar um quadro de publicações na área que abordam o patrimônio cultural, e, segundo, por levantar questionamentos sobre o enfoque desenvolvido pela disciplina, a pertinência desse estudo e os próprios limites da CI.

Como nosso objetivo é produzir algumas reflexões sobre a inserção do Patrimônio cultural na CI e não uma análise extensiva da produção do campo, não pesquisamos em revistas impressas, revistas on-line estrangeiras, revistas on-line sem texto completo, revistas on-line com texto completo não indexadas pela CAPES, entre outros casos. Porém, este pequeno levantamento, na

² Esta estratégia de busca só foi possível porque a hipótese de que a produção sobre tema ainda é pequena confirmou-se. Em situações diferentes, sugere-se a busca pelo campo “assunto”, ou em caso de não existência deste, pelos de “palavras-chaves” e “resumo”.

nossa opinião, condiz com a proposta de uma amostragem capaz de apontar indícios para esta discussão.

A CAPES disponibiliza o acesso a dezenas de revistas on-line, que apresentam diferentes enfoques sobre o tema. Apesar de todas estarem classificadas como da CI, a relação com a Comunicação, Informática, Sociologia, entre outros é clara. Este aspecto demonstra que mesmo não sendo extensiva, a lista de revistas disponíveis aponta para uma concepção ampla sobre como se configura o campo. As revistas consultadas foram: *BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*; *Ciberlegenda*; *Ciência da Informação*; *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*; *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*; *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*; *Informação e Sociedade: Estudos*; *IP: Informática Pública*; *Liinc em Revista*; *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*; *Perspectivas em Ciência da Informação*; *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*; *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*; *Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*; *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*; *Transinformação*³.

³ Um fator relevante é que essa seleção revela uma congruência com a lista de periódicos em Ciência da Informação produzida pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), pois entre os treze títulos disponibilizados por esta, oito também estão presentes no Portal de Acesso Livre da CAPES. Para mais informações, visitar: <http://www.ancib.org.br/periodicos-em-ci>.

The screenshot shows a search results page from the CAPES Portal. At the top, there is a yellow header bar with the Ministry of Education logo and a green bar with the text 'Destaque do Governo'. Below the header, the search bar shows 'Títulos por página: 100' and 'ok'. The search results are titled 'Resultados 0 - 17 de 17 na pesquisa por assunto.' A note below says 'A lista a seguir inclui' followed by a bulleted list: 'publicações nacionais disponibilizadas pelo SciELO Brasil', 'periódicos nacionais avaliados com A ou B pelo programa QUALIS da CAPES que estão disponíveis gratuitamente com texto completo e/ou', and 'periódicos estrangeiros indexados no Web of Science'. On the right, there is a link 'Mostrar informações detalhadas'. The main list of results includes: BIBLOS : Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Ciberlegenda, Ciência da Informação, DataGramZero : Revista de Ciência da Informação, Em Questão : Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Encontros Bibl : Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Informação e Sociedade : Estudos, Informática Pública : IP, Liinc em Revista, Morpheus : Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Perspectivas em Ciência da Informação, Perspectivas em Ciência da Informação, Revista ACB : Biblioteconomia em Santa Catarina, Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins, Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação : Journal of Information Systems and Technology Management : JISTEM, and Transinformação.

Figura 3: Revistas classificadas como de Ciência da Informação no Portal de Acesso Livre da CAPES⁴

Ao todo selecionamos vinte e quatro artigos, com a maioria, sete, disponibilizados pela revista *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS)*. Considerando a quantidade de revistas e a concentração de textos em apenas uma delas, verifica-se que a produção sobre patrimônio cultural é ainda pequena na CI, ainda mais se compararmos com a grande discussão sobre o tema em outras revistas das Ciências Humanas. (ver APÊNDICE A) Salientamos que o periódico *BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História* disponibiliza quatro artigos sobre o tema, porém, deve-se considerar, nesse caso, que os documentos não são exclusivos sobre discussões relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como o departamento responsável por este periódico também oferece o curso de História, todos os artigos encontrados sobre patrimônio cultural foram escritos por historiadores abordando questões específicas desta disciplina. No entanto, preferimos incluí-los no levantamento pelos mesmos motivos apresentados em relação à revista *IP: Informática Pública*,

⁴ A revista *Perspectivas em Ciência da Informação* aparece duas vezes no resultado da pesquisa. Portanto, ao contrário de dezessete revistas, devemos considerar que o Portal nos remete para dezesseis títulos de periódicos.

ou seja, independentemente de seu recorte teórico, eles são apresentados em uma seção do Portal CAPES destinada a publicações e artigos de Ciência da Informação, sendo validados como significativos para os usuários a partir dessa classificação prévia.

Ao discutir a teoria do campo, Bourdieu (2004, p. 28-29) explica que aqueles que são os pesquisadores dominantes determinam as pesquisas relevantes para o campo, nas quais concentrarão seus esforços, enquanto outras, dos pesquisadores que não possuem o “sentido do jogo” tendem a ser consideradas marginais, de menor importância.

Deste modo,

Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições (BOURDIEU, 2004, p. 28-29).

É muito difícil saber o quanto um pesquisador está inserido no campo de pesquisa que atua, entretanto, sua formação nos dá sinais para questionar se ele possui as disposições para ser considerado do campo. Em relação aos autores dos artigos selecionados, a maioria tem formação em Ciência da Informação, apesar de também termos encontrado cientistas sociais, historiados, arquitetos, entre outros. Este dado demonstra que além dos artigos serem publicados em revistas consideradas do campo, também foram escritos por aqueles que supostamente possuem o que Bourdieu denomina de “sentido do jogo”.

Dois exemplos são os textos de José Maria Jardim e Fátima Maria Alencar Araripe, recuperados em nossa busca (ver APÊNDICE A). José Maria Jardim, mestre e doutor em Ciência da Informação e professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, analisa todo o “conjunto de técnicas identificadas como avaliação e seleção de documentos” nos arquivos públicos, ou seja, algo visto como eminentemente do campo, para discutir a utilização do conceito/ idéia de memória na constituição do patrimônio documental nestas instituições (JARDIM, 1995). Já Fátima Maria Alencar Araripe, bibliotecária e docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, utiliza a noção de acervo informacional e fonte de informação, amplamente utilizados na CI, para abordar o

patrimônio cultural como recurso de transferência da informação, elemento do processo social e formação da cidadania (ARARIPE, 2004).

Desde modo, podemos afirmar que o patrimônio cultural é um objeto reconhecido e estudado pela CI? Sobre alguns aspectos, ainda devemos levantar considerações. Apesar de encontrado, as pesquisas sobre patrimônio cultural ainda estão em número pequeno em relação a outras linhas da CI, como organização e recuperação da informação. Além do mais, não basta existir publicações sobre o assunto, é necessário que estes pesquisadores adquiram o que Bourdieu denomina “poder específico”, que consiste no prestígio e reconhecimento pelos pares. É necessário que estes pesquisadores sejam identificados como referências para a CI, com pesquisas que contribuem para o seu desenvolvimento, e não apenas como autores de trabalhos sobre assuntos secundários, alternativos, marginais para o campo. Segundo Bourdieu (2004, p. 26),

(...) o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico”.

Outro ponto a ser considerado é o “poder temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado”, que se refere a posições importantes nas instituições científicas, poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, etc.) e de reprodução (poder de nomear e fazer carreiras) (BOURDIEU, 2004).

Especificamente sobre os treze programas de pós-graduação reconhecidos pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)⁵, se destacam o Programa em Memória Social, principalmente a linha de pesquisa Memória e Patrimônio, e o Programa Museologia e Patrimônio, ambos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Devido a representatividade da revista *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS)* na recuperação dos artigos deste levantamento e na ocorrência de alguns autores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acreditamos que o Programa em Comunicação e Informação desta universidade também contribua para a inserção

⁵ Para acesso a lista de programas de pós-graduação em Ciência da Informação, visitar o site da ANCIB no endereço <http://www.ancib.org.br>

do patrimônio culturais nas discussões da CI, apesar da análise de suas linhas de pesquisa, professores e grade de disciplinas indicar um maior enfoque na Comunicação. Diferentemente dos programas de pós-graduação, as grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia tanto da UNIRIO quanto da UFRGS não indicam uma ênfase na questão da memória e patrimônio cultural, o que pode ser reafirmado ou refutado se forem utilizados outros critérios de avaliação, como a formação dos professores e projetos individuais⁶. Tal situação pode ser explicada pela existência, em ambas universidades, do curso de bacharelado em Museologia, que se apropriaria deste assunto. No entanto, novamente surge a concepção de que os estudos sobre o patrimônio cultural devem ser objeto da Museologia em detrimento da Biblioteconomia e Arquivologia. Porém, estudos recentes sobre o patrimônio documental e digital, como os de Dodebei (2006; 2008), mostram que aceitar tal divisão é não reconhecer as diferentes possibilidades de abordagem desse tema. (ver APÊNDICE A)

Por fim, indicamos um outro indicador para verificar a presença do patrimônio cultural na CI, que é a existência de eventos científicos que abordem o assunto. Apesar da maioria dos congressos, encontros e reuniões sobre o patrimônio cultural no Brasil abordar o tema sob a perspectiva da Arquitetura e serem destinados a profissionais deste campo, como é possível verificar em uma simples busca na Internet⁷, o patrimônio cultural está presente no principal evento da CI, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Desde o seu primeiro encontro realizado em 1994, observa-se a discussão em torno de uma grande variedade de temas que permitiram a inclusão das mais variadas leituras sobre a CI e o que é possível de ser relacionado com ela. Como um exemplo do crescimento da temática, em 2007, o ENANCIB contou com um conjunto de “Debates sobre Museologia e Patrimônio”, organizado, principalmente, pelos pesquisadores da UNIRIO. Já em 2009, um novo grupo de trabalho foi inserido: Museologia, Patrimônio e Informação.

⁶ Para maiores informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação da UNIRIO e UFRGS, visitar, respectivamente, os endereços <http://www.unirio.br> e <http://www.ufrgs.br/ufrgs>.

⁷ Para informações sobre eventos na área de patrimônio cultural, visitar o Portal Vitruvius – universo paralelo de Arquitetura e urbanismo no endereço <http://www.vitruvius.com.br>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não se apresentando como um dos temas “dominantes” na Ciência da Informação, o que influencia na quantidade de trabalhos publicados sobre o assunto nas revistas do campo, o patrimônio cultural tem aumentando sua representatividade, principalmente, nas pesquisas de pós-graduação. A presença da temática no ENANCIB, assim como a formação de grupos de trabalho e debates nos últimos anos, apontam para a continuidade desta discussão na CI. A presença de pesquisadores formados em CI também demonstra que o campo já incorporou discussões sobre o patrimônio que geralmente eram apresentadas por profissionais de outras áreas, como Arquitetura, História, Antropologia, com uma maior tradição de pesquisa em patrimônio cultural. No entanto, apesar de já ser possível encontrar uma produção sobre o assunto realizada por cientistas da informação, não significa que são trabalhos melhores para o campo do que os produzidos por outros pesquisadores. É somente no diálogo entre diferentes pontos de vista e abordagens que uma área pode apresentar discussões consistentes. O que nos importa observar é que a importância do patrimônio cultural para a CI já é assinalada inclusive por aqueles que foram formados no campo. Diferentes concepções sempre irão existir, o que desejamos é que estas diferenças sejam discutidas para que a idéia, freqüentemente recorrida, de uma CI compacta, fechada, não impeça o desenvolvimento de novas perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2008.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico a artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/De0025.htm>>. Acesso em: 28 de ago. 2008.

BRIET, S. **What is documentation.** [S.l:s.n], 1951. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~today/what%20is%20documentation.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

BUCKLAND, M. K. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <wrightini@yahoo.com.br>. em 28 mar. 2009.

_____. What is a document? **Journal of American Society for Information Science**, v.48, n.9, p.804-809, 1997. Disponível em: <<http://www.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>>. Acesso em: 14 maio 2007.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. Museología como Ciencia de la Documentación. In: LÓPES YEPES, José (Coord.). **Manual de Ciencias de la Documentación.** 2. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

HOOPER-GREENHILL, E. **I musei e la formazione del sapere:** le radici storiche, le pratiche del presente. Milano: Il Saggiatore, 2005.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação.** 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

LOUREIRO, M. L. de N. M. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, abr. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr07/Art_01.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009.

MUELLER, S. P. M.; PECEGUEIRO, C. M. P. de A. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6211.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OTLET, P. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

RAYWARD, W. B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/ International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997. Disponível em: <<http://people.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/Origins%20of%20InfoSci.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62. 1996. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

_____. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/530/482>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.8, n.1, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1713/1464>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

_____. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

APÊNDICE A – Artigos que abordam a temática do patrimônio cultural nos periódicos em português e com texto completo disponíveis no Portal de Acesso Livre da CAPES

ALISAL, E. del. Espacios para el arte: lugares en continua redefinición. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 225-233, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2981/2018>>. Acesso em: 30 mar. 2009⁸.

ALVES, F. das N. Patrimônio histórico X Modernização – a questão em torno da reedificação da Matriz de São Pedro nos anos trinta do século XX. **BIBLOS**: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, n. 18, p. 109-124, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/131/46>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

ARARIPE, Fátima M. Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/1061/764>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

BARÃO, V. M. “Mbyárekómeme é o lugar que a gente vive a nossa cultura”: o “lugar” como cultura material para os guarani do litoral sul. **BIBLOS**: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, n. 20, p. 195-210, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/729/222>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

BARRETO, Â. Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/506/651>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

⁸ Apesar deste artigo estar em espanhol, foi publicado em uma revista em português que publica, majoritariamente, textos em português. Assim sendo, preferimos mantê-lo nessa lista por ser recuperado quando utilizamos os critérios de busca já citados e por tratar do tema do “patrimônio cultural”.

BRITTOS, V. C.; SIMÕES, D. G. O patrimônio cultural como elemento da produção mercadológica televisiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 101-124, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewArticle/1993>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CARTER, K. K. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade**: Estudos. João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/59/1531>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CARVALHO, M. D. de; ALMEIDA, M. C. B. de. Patrimônio do efêmero: algumas reflexões para a construção de um patrimônio das artes cênicas no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 167-188, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewArticle/118>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CAVALCANTE, L. E. Os percursos da memória: a exposição virtual *cartes postales du Québec d'antan* como fonte de informação histórica. **Informação & Sociedade**: Estudos. João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 99-105, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/976/1590>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

_____. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis. n. 23, 1º sem., 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/409/401>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2017>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CUTY, J. Porto Alegre e seus patrimônios no século XX: evoluções de conceitos, valores e feições na materialidade urbana. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 243-257, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2983/2020>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 5, out. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out08/F_I_art.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.

FRAYSSE, P.; ROUX, S.; COURBIERES, C. A rota como memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. número especial, p. 93-104, 2009. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/928/609>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

GIONAVAZ, M. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2982/2019>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/148/15>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

OLIVEIRA, M. F. P. de. Institucionalização da memória: Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência: questão patrimonial. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 2, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Número%2003%20%20especial%20memória/Maria%20Fernanda.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

ROCHA, C. Um “museu vivo”: espetáculo e reencantamento pela técnica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 259-270, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewArticle/2221/2036>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

SOUZA, R. F. de. Favela e os espaços monumentalizados: um lugar de memória coletiva e símbolo da resistência. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 2, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Número%2003%20-%20especial%20memória/Rogério%20Souza.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

TEIXEIRA, C. A. R. A educação patrimonial no ensino de história. **BIBLOS**: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, n. 22, v. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/868/347>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

TORRES, L. H. A catedral de São Pedro. **BIBLOS**: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, n. 18, p. 55-64, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/82/187>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

Abstract

Using the concept of field by Pierre Bourdieu, it is intended to make a reflection on the insertion of research on cultural heritage in the world of Information Science. For this, it is necessary to know what is produced in publications on the subject in the IS, who are the agents that speak of cultural heritage, to make a reflection on the visibility of these agents and the insertion of the issue in the institutions and events of IS.

Keywords: Information Science. Cultural heritage. Scientific field.

*Originais recebidos em: 07/06/2009
Aceito para publicação em: 15/04/2010*